

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

GÊNERO E DESASTRES: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE O TEMA.

Mariana Siena y Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio.

Cita:

Mariana Siena y Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (2009). *GÊNERO E DESASTRES: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE O TEMA. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/903>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XXVII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología

31 de agosto al 4 de septiembre de 2009, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Grupo de trabajo 11 - Género, desigualdades y ciudadanía

**GÊNERO E DESASTRES: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA
SOBRE O TEMA¹**

Mariana Siena

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar/Brasil e
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres.
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
marisiena.neped@gmail.com

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

Prof^ª Associada do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos
Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
norma.valencio@pq.cnpq.br

¹Apoio FAPESP

INTRODUÇÃO

Nos dias 16 e 17 de agosto de 2005, a pesquisadora e especialista em gestão de desastres do Hazard Reduction & Recovery Center/Texas A&M University, Carla Prater, ministrou o mini-curso “Gestão de Desastres²”, no qual relatou duas significativas experiências de campo no tema: a primeira, na Índia, a pesquisadora, juntamente com sua equipe, foi analisar a situação social das comunidades mais vulneráveis após o *tsunami*, e, em particular, entender a razão de uma afetação na qual o recorte de gênero se evidenciava.

Carla Prater relatou que tal fenômeno ocorreu em virtude das práticas sociais que se tornaram *habitus* femininos na estrutura social daquelas comunidades: eram elas as responsáveis pela limpeza e comercialização dos peixes que seus maridos pescavam; também cuidavam da casa, dos filhos; além das práticas espirituais da família. Quando da chegada do *tsunami*, os maridos dessas mulheres estavam em alto mar na pesca (e assim não a sentiram passar, ou sentiram-na levemente), enquanto elas os esperavam na costa para pegarem os peixes que iriam ser comercializados, o que acabou vitimando-as em grande número. Outro agravante da vida social local é que, com o falecimento de tais mulheres, vários dos homens viúvos agregaram outra dimensão de responsabilidade na criação dos filhos, porém, sem encontrar recursos, no imaginário e nas práticas correntes masculinas os elementos balizadores nas interações interpessoais voltadas para a formação das crianças. Tal fragilidade foi o fator desencadeador de um processo de desestruturação familiar, na qual tais homens caminham para o alcoolismo e os filhos para o abandono ou cuidados de terceiros.

A segunda experiência relatada por Prater foi o caso do desastre derivado de explosão de gasoduto na área urbana, num bairro popular, em Guadalajara, no México. Desta feita, o fenômeno de explosão, no período da manhã, quase não causou vítimas fatais e, segundo Prater, a explicação se devia ao fato que, no referido horário, os homens já haviam saído para trabalhar e as mulheres estavam na parte dos fundos da casa – local preferencialmente da cozinha e dos quartos. As providências de arrumação da casa e feitura das refeições, além da espacialização das funções daquelas moradias, fez com que a sala de visitas fosse o cômodo mais vulnerável, mas onde, no referido horário, não havia um intensivo uso, o que teria sido diferente no período noturno.

Pergunta-se: os casos acima relatados pela pesquisadora são exemplos de fatalidades decorrentes de uma ameaça natural/tecnológica?

A resposta que a Sociologia pode dar é que não se trata de uma coisa nem outra. Tais exemplos demonstram que, por mais que haja a presença de um fator de ameaça, seja natural como o *tsunami* ou tecnológico, como o rompimento de um gasoduto, a territorialidade, no seu recorte de gênero, definiu o maior e menor número de vítimas nos desastres. Tais exemplos, apesar de não serem casos brasileiros, ilustram a discussão sobre a imbricação do tema de gênero e desastres. E, no decorrer deste trabalho, serão abordadas experiências de pesquisas brasileiras acompanhadas e analisadas pelo NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos) do qual a autora é integrante e a coautora é coordenadora.

² O mini-curso foi realizado em Itirapina/SP/Brasil, no Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da Escola de Engenharia de São Carlos/USP, cuja carga horária foi de 12h/a.

A VULNERABILIDADE SOCIAL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O tema das Mudanças Climáticas tem sido foco de discussões em todo o mundo e, por conseguinte, tem ganhado maior repercussão em vista dos recentes relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas apontarem para fatores de ameaça à espécie humana em escala global, desenhando-se, assim, quadros desafiantes para a nova dinâmica global nos âmbitos econômico, político, social e cultural. Na América Latina e Caribe, o anuário Estatístico de 2008 aponta a ocorrência de 4.875 perdas humanas em decorrência de inundações no período de 2003 a 2006 e quase 3 milhões de pessoas foram afetadas (CEPAL, 2008).

No Brasil, o debate em torno das Mudanças Climáticas tem abordado o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações concentradas, de desertificação. Contudo, menor atenção tem sido dada à análise sociológica das dimensões socioeconômicas das vulnerabilidades dos afetados. Sendo assim, os subsídios que a Sociologia pode fornecer à mitigação dos desastres passam pela necessidade de focar pertinentemente a vulnerabilidade social, precedente ou circunstancial do grupo que interagirá com o fator de ameaça, analisando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente (QUARANTELLI, 2006).

Cabe ressaltar que o desastre é uma disrupção que acontece como fenômeno social e como acontecimento físico. O olhar hegemônico sobre o tema foca apenas no acontecimento físico, creditando apenas às chuvas fortes, por exemplo, a causa do desastre que é relacionado às enchentes, deslizamentos e afins. Contudo, o desastre constitui-se, também, como a ruptura da dinâmica social existente, como o desaglutinador da ordem social, ou seja, ele é a vivência de uma crise e, portanto, nos mostra o limite de uma determinada rotina e a necessidade de construção de uma nova dinâmica social.

Assim, para analisar os impactos de um desastre, segundo Quarantelli (2006), a variável fundamental é a estrutura e dinâmica da organização social, tirando-se, assim, o foco da importância do fator de ameaça e valorizando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente. (VALENCIO, 2008).

A ênfase na abordagem da vulnerabilidade, esforço de Quarantelli e demais autores que com ele debateram, ganhou ainda maior relevância à medida que se desdobrou para uma reflexão sociológica acerca dos processos de desenvolvimento, revelando que estes não somente estavam alterando os graus de vulnerabilidade, mas “também estavam alterando e aumentando os padrões de ameaça; um conceito que cada vez ganha mais adeptos a medida que aumentam as próprias conseqüências da mudança climática global” (PNUD, 2004, p.18). Ou seja, as Mudanças Climáticas geram eventos e o que os definem como ameaça é a vulnerabilidade da população que será afetada. E, tanto a total imersão num modelo equivocado de desenvolvimento quanto a ausência de desenvolvimento são fatores problemáticos para lidar com fatores de ameaça constante ou, ainda, que se agravam, como os eventos extremos prognosticados com as Mudanças Climáticas.

As chuvas, dentre outros fatores de ameaça natural, podem, de fato, contribuir para o agravamento dos revezes cotidianos em várias camadas da sociedade que partilham o território citadino, socializando-se, por assim dizer, os perigos aos quais a mesma está exposta; todavia, são distintas as condições sócio-econômicas dos grupos afetados para suplantar as adversidades (VALENCIO et al., 2004).

A DIMENSÃO DE GÊNERO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE DESASTRES

O recorte de gênero é uma categoria histórica nas Ciências Sociais que define especificidades sexuais ao exercício de papéis numa determinada estrutura social (SILVA, 2005). Assim, a reprodução desta categoria só ganha inteligibilidade se vista desde dentro das instituições que compõe a sociedade em cada momento histórico, a família, a Igreja, a Escola, o Estado (BOURDIEU, 2003).

Obedecendo ao *habitus*³ e à estrutura de dominação corrente na sociedade brasileira, cabe ao homem realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, situados do lado exterior da casa. É dele que se espera a autoridade moral, as práticas públicas, que representam à família no âmbito social. Já, à mulher, cabem todos os trabalhos domésticos, escondidos, invisíveis, os quais demandam muito tempo e constituem a rotina do lar. A ela deve-se a construção simbólica do lugar como seguro e o sistema de valores e crenças da família onde se encontra a unidade do grupo. Logo, o universo de homens e mulheres constitui duas classes de *habitus* diferentes e, porque não dizer, numa divisão das atividades produtivas que incluem aquelas de reforço do capital social e do capital simbólico (BOURDIEU, 2003).

Outro ponto importante considerado Bourdieu é o fenômeno das mulheres estarem submetidas a uma socialização que tende a diminuí-las, reconhecidas sempre como vítimas, vulneráveis, fracas, sem a coragem para lidar com as dificuldades agudas as quais exigiriam o ato viril, sendo o homem o esteio das mulheres nos momentos críticos. Reportando a um momento de desastre, o agente de emergência trata a mulher como o ser vulnerável que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública. Essa concepção que se acomoda no imaginário social naturaliza o espaço público como um espaço do homem ao passo que, às mulheres, fica destinado, predominantemente, o espaço privado doméstico, de reprodução da família. Tal confinamento, exercendo atividades não remuneradas, faz com que tais mulheres estejam mais dispostas a exercer beneficência, sobretudo religiosa ou de caridade (BOURDIEU, 2003). Isso condiz em situações de pós-desastre, nas quais as mulheres se dedicam, mais que os homens, à reconstrução e à assistência, como que extravasando para o espaço público seu fazer privado sem, no entanto, ameaçar as estruturas de poder.

Para Sarti (1996), a casa é identificada com a mulher, isto é, uma expressão material do que seus membros precisam para exercitarem seus respectivos papéis e saciarem suas necessidades vitais. É a mulher quem cuida da divisão e organização dos cômodos e dos bens ali acondicionados, da garantia e asseio dos mesmos, do suprimento à demanda por alimentação, enfim, o zelo para que o bem-estar dos seus membros seja garantido. O homem tem precedência à mulher sendo considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar no âmbito externo, mas aquilo que ele apresenta como uma família é uma rede tecida pelas mãos femininas. Se for ele quem sai para trabalhar e traz o dinheiro para casa, assumindo o papel de provedor do grupo, é a mulher quem, em certa medida, controla este dinheiro, pois é quem dita as prioridades de gastos da renda familiar, repartindo-a na saciedade de necessidades individuais e do coletivo. Contudo, estudos de Izaura Fischer (2000) têm demonstrado que as mulheres já se reconhecem como chefes de família (por causa de sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho), porém a consciência crítica não se apresenta suficientemente elevada para

³ Segundo Bourdieu (2004, p.158), “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”.

ignorar as tradições seculares. Assim, classifica, por exemplo, a sua participação na compra de alimento como ajuda, como complementar, dando a entender que o homem, enquanto chefe da família, assume tal despesa, quando, muitas vezes, ela é totalmente responsável por essas obrigações.

Dessa forma, notamos que as mulheres ainda aceitam uma figuração na qual suas identidades são forjadas numa assimetria de poder em relação ao homem, cujas práticas sociais são tidas como mais relevantes. Segundo Goldani (2002), os fundamentos estruturais nos quais se apóiam a atual estrutura hierárquica de gênero são o mercado de trabalho e a família. No primeiro, há uma divisão de sexo e discriminação no emprego e, no segundo, há uma divisão de trabalho de sexo, maternidade e reprodução.

Diante do exposto, podemos afirmar: a identidade de homem e de mulher realiza-se na junção do público com o privado, ou seja, na família que contém a casa. Tal fato nos permite uma “ponte” com nosso estudo especificamente, pois, se essa identidade se realiza, prioritariamente, de tal forma, especialmente nas zonas periféricas das cidades, o que ocorrerá quando a família vivenciar a destruição de suas moradias em desastres? Como as mulheres desabrigadas⁴, em especial, vivenciarão a perda de seu mínimo espaço de reconhecimento social, a casa? Sabemos que, quando bens materiais, como geladeira, fogão, colchão e afins ficam inutilizados, e parte da estrutura da casa fica danificada ou destruída, o deslocamento para abrigos temporários⁵ é inevitável se não houver redes sociais que alojem a família em outra moradia. Tal deslocamento implica mudanças nas referências espaciais para a realização de suas identidades, isto é, dos marcos referenciais para saber qual é o espaço (regras, práticas aceitáveis) entre o eu e o outro em um território de uso coletivo.

GÊNERO E DESASTRE PELA PERSPECTIVA DO NEPED

A mulher, como chefe da casa, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto às dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a responsabilidade de reprodução e manutenção do sistema de valores e crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo, qual seja, a moradia (SIENA, VALENCIO, 2006). Uma vez que esta responsabilidade é incorporada, ela se torna o membro da família mais suscetível diante das perdas materiais e simbólicas associadas à moradia. Vai daí, a imagem corrente, em cenários de desastre, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato, uma forma dela mesma reelaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo (VALENCIO et al., 2005).

⁴ Conforme o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres (CASTRO, 1998) desabrigado é um “desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema”.

⁵ O abrigo temporário é, segundo os manuais de defesa civil, um *locus* provisório de atendimento de necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura seja adotada pelo Estado (VALENCIO et. Al, 2008).

As experiências de pesquisa do NEPED⁶ mostram que, no caso destruição da moradia e ida para abrigo temporário, um aspecto sociologicamente relevante é que há, desde logo, práticas tensionantes entre grupos em obrigatória interação: a identidade da mulher como mãe, por exemplo, passa a ser influenciada por um agente externo que a faz sair de casa, que são os agentes de defesa civil, bombeiros, etc. No abrigo, a mulher afetada busca reproduzir o ambiente privado no espaço público, mesmo que seja tarefa difícil, pois como mantenedora da unidade do lar, tenta restabelecer o cenário de afirmação de sua identidade e, por conseqüência, da identidade dos membros da família, o mais rápido possível, como forma de aliviar o sofrimento do grupo (VALENCIO et al., 2005; SIENA, 2009). Nesta busca, ao longo de observação direta de casos na região Sul e Sudeste do Brasil, constatamos os conflitos entre os gestores dos abrigos e as desabrigadas, causados, dentre outros: pela concepção distinta de organização do espaço do abrigo; pelos critérios de responsabilidade e distribuição das tarefas de limpeza, preparo das refeições e afins; pela ida constante da mulher à casa avariada para se relacionar de várias formas possíveis com o espaço privado perdido etc.

As famílias afetadas pelos desastres perdem seus marcos referenciais (bens materiais, a própria casa, ou ainda entes queridos), do espaço de realização da rotina no qual a identidade se afirma e, assim, a sua noção interna de ordem torna-se impraticável no plano da realidade concreta. Se considerarmos, ainda, a recomendação da Defesa Civil brasileira, particularmente, do Estado de São Paulo – em caso de famílias desabrigadas – para que haja separação dos alojados por sexo e não por família – pois a instituição acredita que assim as pessoas ficarão aflitas e agirão por conta própria para deixarem o local (ginásios, galpões, escolas e demais instalações provisoriamente alocadas para tal fim) não esperando nenhuma providência adicional do Estado em termos de reconstrução – a situação torna-se mais lamentável⁷ no que concerne ao dever de proteção da família e da dignidade da pessoa humana previstos em lei. E não apenas mais lamentável: do ponto de vista da lógica familiar, tal atitude da Defesa Civil constitui-se como prolongamento do desastre, pois este não é o evento natural e, sim, um problema social agravado tanto pelo impacto de fatores de ameaça (natural ou tecnológico) quanto pela forma como o ente público entende e pratica seu papel diante do ente civil afetado.

Nesse sentido, se um evento hidrometeorológico, como as chuvas intensas, pode desencadear um desastre referente a perda de moradia e dos equipamentos do entorno, será a ida da família ao abrigo, sendo tratada no escopo de um controle social negativo à restauração de seu estado psicossocial, como por meio dos vários tipos de restrição (separação por sexo), de adequação a uma outra racionalidade (neste caso, especificamente militar que rege a concepção de abrigo temporário), as marcas do desastre continuam sendo impregnadas nesta família e tornam-se indelévels na memória do grupo e de cada pessoa. Ou seja, a situação de desastre não muda, pois sob o amparo do Estado ela continua numa situação de sofrimento social.

⁶ Grande parte dessas experiências foram frutos de pesquisas realizadas para o projeto “Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas”, coordenado pela Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio. Este projeto foi aprovado junto ao edital universal do CNPq no final de 2006 e encerra-se em meados de 2009. Os pesquisadores do NEPED colaboraram com sua execução. Dentro deste projeto alguns abrigos temporários foram visitados, localizados nos seguintes municípios: Jabotão do Guararapes/PB; Nova Friburgo/RJ; Sumidouro/RJ; Ilhota/SC; São Sebastião do Cai/RS.

⁷ Essa recomendação parte da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo, cf. CAEM, município Dourado/SP, em 2004.

Tal figuração do Estado com as famílias abrigadas e, em espacial, com as mulheres, configura-se em um conflito de racionalidade que o discurso institucional não é capaz de reconhecer e reciclar. Porque, se a instituição existe no sentido do amparo e no fornecimento de condições para que a família desabrigada se reajuste, e encontre uma reinserção social, não há nenhum tipo de base na interação social que essa família possa tomar como mola propulsora de novas condições de vida, de enfrentamento da memória do desastre como lições aprendidas pelos sujeitos na cena.

A família é o ente coletivo mínimo que resta em meio dos vários danos materiais de um desastre e é com base nela, na sua unidade, que tudo mais pode ser refeito, pois se trata da instituição primordial de constituição do *habitus*. Porém, quando o Estado fragmenta a própria família, que é reconhecida constitucionalmente como célula da sociedade, e tira a possibilidade dela exercer seus vários papéis, faz com que o tipo de sofrimento vivido termine numa indiferença social paulatina que rompe ainda mais qualquer possibilidade de cidadania. Ou seja, o Estado adota práticas que, aparentemente, açambarca e protege a família, mas, na relação de dominação, exercida dentro do abrigo temporário, a fragmenta, deixa de prestar assistência balizada nos direitos da pessoa, deixando os abrigados sem a oportunidade de se realizar e prover a reintegração da base, na família.

Agindo de tal forma, o Estado acentua ou mesmo induz o aparecimento das psicopatologias como estados depressivo ou ansiedades, assim como os transtornos por estresse agudo e por estresse pós-traumático, além de patologias como diabetes do tipo 2, pressão alta, doenças cardiovasculares, respiratórias, do aparelho digestório e outros (OPS, 2002a). O abrigo, local que deveria fornecer o suporte para os afetados se recuperarem, pode, deste modo, criar ainda mais problemas. As práticas do Estado junto aos afetados no abrigo revelam uma sociopatologia da qual irá decorrer as psicopatologias supra, o nível individual lidando com a sobrecarga deriva de uma doença social não reconhecida pelo Estado, o qual evita agir com reflexividade.

Os desastres desmancham as rotinas e, muitas vezes, os meios necessários aos mínimos vitais e sociais da família, sendo a mulher a encarregada de cumprir vários papéis associados a tais rotinas. Assim, como consequência do evento traumático “las mujeres tienen que encontrar, frecuentemente, una salida para las dificultades económicas de la familia y esto requiere invertir muchas energías físicas e gran desgaste psicológico” (OPS, 2002b, p. 06). Enfrentando a recuperação ao lado de seus companheiros e, em muitos casos, sozinhas, como chefes de seu núcleo familiar, idosos, jovens e crianças pedem requerimentos vários acima de sua capacidade emocional e material para lidar e o apreço desses membros por ela passa por riscos. Quando têm companheiros, algumas mulheres, após o evento traumático, experimentam a violência pela primeira vez ou suportam maiores níveis de violência de seu companheiro, pois é habitual aos homens sentirem impotentes frente à realidade do desastre e terem sentimentos de perda e frustração, aumentando as reações de cólera e violência com aqueles familiares mais próximos e mais vulneráveis.

Em artigo que analisa o desastre causado pelo rompimento de uma barragem no município de Camará/PB, Valencio (2005) afirma que, dentre os desabrigados, abrigados por parentes e os mantenedores da rede informal de apoio, destacam-se as mulheres. “É ela quem, por iniciativa, e maior senso de doação e renúncia, mantém o sentido de segurança para o núcleo familiar quando abalado em desastres.” (VALENCIO, 2005). Contudo, ao competir à mulher, tradicionalmente, as funções de manutenção dos valores no âmbito da família é ela quem sofre com uma dupla pressão: a de não poder externar sua fragilidade individual na vivência da situação; e a de manter-se como referência para os demais membros da família. “Em termos

psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes.” (IDEM, p. 11). Isso realmente ocorre em uma quase anomia a que ficam sujeitas em abrigos temporários.

PARA CONCLUIR

O recorte de gênero dessa problemática teve como pressuposto de alteridade um olhar tecnocrático do gestor público oriundo de uma interpretação masculina do mundo moderno que tem por hábito não compreender as práticas/reivindicações das mulheres abrigadas – por exemplo, quando estas reclamam de não poderem cozinhar, da distância entre o abrigo e o bairro onde moravam, ou seja, da rotina imposta pelo próprio gestor.

Enfim, essas observações remetem à necessidade de aprofundar a reflexão sociológica sobre os mecanismos de poder que se manifestam na relação do Estado com os afetados e vendo neste grupo heterogêneo como as mulheres são especiais devido sua posição/função na estrutura social de cada sociedade.

Somente considerando tais práticas, as políticas públicas na área de Defesa Civil serão, sobretudo no Brasil, mais eficazes, devendo-se, assim, imbricar o tema das emergências com o da promoção da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília: MP, 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**, 2008. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/35327/LCG2399B_3.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2009.
- FISCHER, I. A trabalhadora rural: assalariamento, reprodução biológica e conflitos de gênero na família. In: encontro nacional de estudos populacionais, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2000. p. 01-16.
- GOLDANI, A. M. Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: ALGRANTI, L. M. (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas: UNICAMP, 2002. (Textos Didáticos nº 48).
- OPS (Organización Panamericana de la Salud). Programa de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastre. **El Cuidado de la Salud Mental en Situaciones de Desastre**. Washington, D.C.: OPS/OMS, 2002a, CD-rom.
- _____. **Protección de la salud mental en situaciones de desastres y emergencias**. Washington, D.C.: OPS, 2002b.
- PNUD (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO). Dirección de Prevención de Crisis y de Recuperación. **La Reducción de Riesgos de Desastres Un Desafío para el Desarrollo**, Un Informe Mundial. New York: ONU, 2004.
- QUARANTELLI, E. L. Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina, 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>>. Acesso em: 22 mar. 2007.
- SARTI, C. A. **A Família Como Espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SIENA, M.; VALENCIO, N. F. L. S. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006, v. cd. 14p.

SILVA, M.A.M. Transversalidade do Gênero nas Relações Sociais. In: III SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ESTUDOS MARXISTAS/ UFSCAR, 2005, São Carlos. **Mini-curso...**

VALENCIO, N. F. L. S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. v. cd, 20p.

VALENCIO, N. F. L. S. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos**, Natal, v. 8, n. 1, p.81-100, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>>.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. 20p.